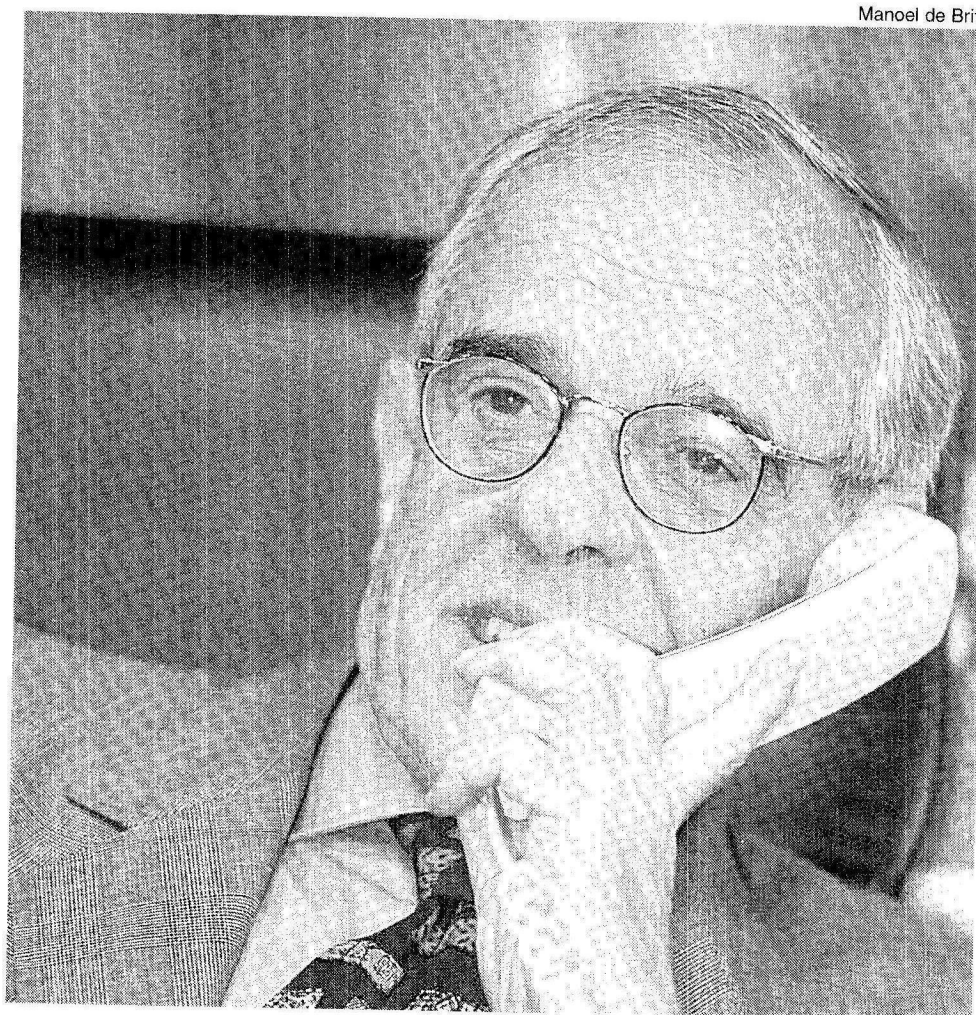




O homem por trás da cena

JOSÉ ROBERTO NASSAR

SÃO PAULO - O super-advogado Márcio Thomaz Bastos já participou de 650 casos em tribunais de júri. Não se limitando a uma advocacia técnica —quer dizer, a representar pessoas em juízo ou em instâncias administrativas—, já amecou incontável número de clientes a quem dá uma espécie de consultoria em assuntos político-constitucionais. O mais recente é nada mais nada menos que o senador Antônio Carlos Magalhães, a quem forneceu a base do depoimento de anteontem no Senado: o conceito de “ética da responsabilidade”.

Em ambos os campos, Marcio Thomaz Bastos ganhou sólida reputação, até porque não discrimina clientes, não importando de que crime ou falta (com algumas exceções) são acusados. Podem ser políticos de nomeada, empresários acusados de irregularidades fiscais ou financeiras, organizações de esquerda, altos funcionários públicos. Ao longo de 44 anos de carreira, iniciada dois anos antes de se formar, em 1958, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, Márcio Thomaz Bastos tem uma eclética carteira de clientes, alguns dos quais são também amigos. Por exemplo: no balcão da defesa e/ou da consultoria, esse portfólio vai de Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (de quem é íntimo e a quem aconselhou descartar o dossiê Cayman nas eleições de 98), ao próprio senador ACM; dos empresários Wagner Canhedo (Vasp) e Ezequiel Nasser (ex-banco Excel) ao promotor Igor Ferreira da Silva, recentemente condenado por matar a mulher (haverá recurso). Outro exemplo: no balcão da acusação, atuou nos processos que condenaram os assassinos de Chico Mendes e o cantor Lindomar Castilho, que matou a mulher.

Essa pluralidade de situações —própria da atividade dos advogados— pode provocar elucubrações espinhosas. É normal ouvir a pergunta: estar hoje defendendo alguém e amanhã acusando outro, em circunstâncias mais ou menos parecidas, não representa uma tremenda incongruência? Ou então: é possível ser politicamente correto num caso e politicamente incorreto noutro, defendendo socialistas e neoliberais ao mesmo tempo? Transmitidas a Márcio Thomaz Bastos, essas interrogações “não incomodam nem um pouco”; muito menos, “estar ao lado de Lula e ACM ao mesmo tempo”. Aos 65 anos, bem-sucedido na profissão, terno bem-talhado e gravata atraente, fala escorreita e bem-humorada, sempre bronzado, ele vai além do emocional: “As pessoas têm que separar a figura do advogado da figura do cliente”, diz ele, por exemplo. E, qualificando-se como “homem de esquerda”, responde que passou a vida procurando distinguir trabalho profissional de convicções pessoais; acha que conseguiu e continuará a fazê-lo —mal comparando, é como se um jornalista passasse a vida equilibrando em doses “certas” impulsos subjetivos e investigação objetiva.

Eventuais patrulhas que já sofreu (ou por defender casos de crimes de colarinho branco ou por ser de esquerda) também não o incomodam. Seu princípio é: as pessoas têm que ser defendidas. “Não alieno a ninguém, nem a Lula, nem ao PT, o direito de defender as pessoas; o próprio Código de Ética dos advogados proíbe recusar defesa por convicções pessoais ou ideológicas”, diz Bastos. Instado a definir sua trajetória profissional, afirma: “Minha primeira lealdade é a advocacia criminal. Eu sou um advogado criminal”. A linha de coerência está, portanto, no direito de defesa, com duas ressalvas: não gosta de trabalhar em casos de tráfico de drogas (“já defendi, mas não gosto), nem em

casos de violência contra crianças. Frequentou bem menos o outro lado do balcão: “Só faço acusação quando estou provido de grande indignação moral”.

O mesmo mote levou-o esta semana a Brasília, onde passou dois dias frenéticos. Não é de hoje que Thomaz Bastos conhece o senador Antonio Carlos Magalhães. A primeira vez que falou com ele foi em 1991. ACM, então governador baiano, queria sua assessoria e Bastos lhe disse, pensando em escapar: “Eu sou ligado ao PT”. Mas não houve jeito: ACM lhe disse que não tinha importância: “Dá mais isenção”. De lá para cá, Bastos e ACM encontraram-se “umas 15 vezes”. Na quarta-feira passada, foi de manhãzinha a Brasília, encontrou-se com o senador que o contratara, almoçou e voltou a São Paulo. Na noite da mesma quarta-feira, voltou a Brasília, passou a madrugada trabalhando junto com o senador, dormiu por lá.

Na manhã de quinta, informa Bastos, ele tinha que cuidar de outro cliente —mais um exemplo da diversidade de seu portfólio. Tratava-se do empresário futebolístico Juan Figer, que iria depor na CPI do futebol, no Senado. À tarde, dedicou-se a ACM, mas não esperou o fim do depoimento: retornou a São Paulo num voo das 19h. A base da defesa foi construída pelo próprio ACM, diz Thomaz Bastos. “Quando cheguei, o texto já estava escrito; eu só mexi na forma e em algumas ênfases”. ACM contou-lhe sua história. “Com muita convicção, não tendo vacilado comigo em nenhum momento.” A idéia de admitir uma mentira para salvar o Senado de um mal maior, quer dizer, a anulação da cassação do ex-senador Luiz Estevão, já havia sido engendrada por ACM, informa Thomaz Bastos. Foi o próprio Bastos quem deu o brilho à exposição, ao falar em Max Weber e encaixar o conceito da “ética da responsabilidade”. Ou seja, do comportamento que leva em conta as consequências para a sociedade de determinados atos, em contraposição à “ética da convicção”, que dá aos princípios a primazia sobre os resultados. Governantes gostam da “ética de resultados” ou das razões de Estado. O presidente Fernando Henrique já recorreu a ela —pois vale tanto para a iminência de “crises sistêmicas” no mercado financeiro, como evitar, por exemplo, o genocídio de minorias.

Continuando seu trabalho, Márcio Thomaz Bastos falaria novamente ontem à tarde com o senador Antonio Carlos Magalhães. Acredita no seu cliente, mas acha que tudo vai depender de acareações, de trâmites regimentais e de pressões da opinião pública, vocalizadas ou influenciadas pelos instrumentos cada vez mais amplos da mídia, a começar pela televisão. Anda até com um pé atrás com relação às comunicações. Acha que seu telefone, por apresentar “uns barulhos esquisitos”, está grampeado. Está seguindo a máxima do presidente Tancredo: “Telefone é só para marcar encontro em lugar errado”.

Nada disso se mistura, porém, com suas convicções, diria ele mais de uma vez em sua entrevista ao **Jornal do Brasil**. Presidente da OAB-SP entre 1983 e 1985, participou da campanha das diretas-já; presidente da OAB nacional, entre 1987 e 1989, participou da Constituinte; ligado a Lula e ao PT ajudou a formular um programa de segurança pública para a campanha de 1994. É um conselheiro permanente: foi ele quem examinou os papéis do caso Cayman e aconselhou o líder do PT a descartá-los. Já votou em Lula três vezes e votará de novo em 2002. “Sou de esquerda”, diz. O que isso significa hoje? “Significa lutar pelo interesse dos vulneráveis, dos que não tiveram oportunidades, das minorias”.

“Não alieno a ninguém, nem a Lula, nem ao PT, o direito de defender as pessoas; o próprio Código de Ética dos advogados proíbe recusar defesa por convicções pessoais ou ideológicas”

“Sou de esquerda, o que significa lutar pelo interesse dos vulneráveis, dos que não tiveram chances, das minorias”

“Quando cheguei, o texto (da defesa de Antonio Carlos Magalhães no Conselho de ética) já estava escrito; eu só mexi na forma e em algumas ênfases”

“Antonio Carlos Magalhães contou sua história com muita convicção, não tendo vacilado comigo em nenhum momento”